Fiscalização & Controle

Mala Direta Postal
Básica
9912293447/2012/DR/BSB
CÂMARA DOS DEPUTADOS
CORREIOS

INFORMATIVO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANO VI - Nº 33 - 19 DE DEZEMBRO DE 2014

TCE DA PARAIBA E REDE SARAH DE HOSPITAIS RECEBEM PRÊMIO TRANSPARÊNCIA PÚBLICA 2014

A Câmara dos Deputados realizou sessão solene no dia 9 de dezembro para a entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2014. Os premiados deste ano foram a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, na categoria Sociedade Civil, e o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, na categoria Governamental.

Os patronos de cada prêmio foram respectivamente o ex-governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, e o ex-presidente da República Itamar Franco.

Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o deputado Hugo Motta, (PMDB-PB) elogiou os vencedores. "Os cidadãos brasileiros, que pagam uma das maiores cargas tributários do mundo, querem cada vez mais ver esses recursos voltarem em forma de serviços prestados com qualidade", afirmou Motta.

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), em discurso lido pelo deputado Simão Sessim (PP-RJ), ressaltou a importância da premiação em tornar a população mais interessada no processo político. "De fato, não cabe ao administrador público outra postura que não seja a de satisfazer o interesse do detentor real do poder, o povo brasileiro. Se esse aspecto torna o prêmio repleto de significados e sentidos, a premiação também representa verdadeiro estímulo para que tenhamos uma sociedade civil cada vez mais atenta em relação à atuação do poder público."

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, recebeu o prêmio das mãos do ex-ministro da Casa Civil Henrique Hargreaves, no governo do Presidente Itamar Franco, patrono da categoria governamental. "Ao percorrer 7.594 quilômetros, desde a Capital ao mais longínquo recanto da Paraíba, moveu-nos a convicção de que nada, nem ninguém, pode ser tão eficiente do que o olhar da própria população na fiscalização dos recursos públicos", salientou em discurso de agradecimento. O conselheiro Fábio Nogueira fez um agradecimento particular ao deputado Hugo Motta dizendo que o prêmio tem grande significância para o TCE "é a celebração de um ato de parceria. Somos parceiros de uma mesma causa, em que a Câmara dos Deputados, ao exercer o seu poder fiscalizatório, também, reconhece as ações que realçam o princípio da moralidade para a efetivação do ideal democrático".

Na categoria sociedade civil o prêmio, concedido à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, indicado pela Liderança do PRB, foi recebido pela presidente da instituição, Lúcia Willadino Braga, das mãos da representante do Patrono Pedro Gondim, deputada Nilda Gondim e do Senador Vital do Rego. A instituição obteve o reconhecimento pela gestão transparente dos recursos governamentais que recebe para a manutenção de nove hospitais, que atendem a mais de um milhão e quinhentos mil pacientes. Presidente da Rede Sarah, Lúcia Willadino Braga agradeceu à Câmara pelo apoio à instituição e também a seus colegas médicos por todo dia "transformarem a utopia em realidade".

fiscalização e controle edição33 - dezembro.indd 1 15/12/14 12:06

V SEMINÁRIO DE FISCALIZAÇÃO PÚBLICA E CONTROLE

A Comissão De Fiscalização Financeira e Controle realizou, no dia 2 de dezembro de 2014, o V Seminário Nacional de Fiscalização Pública e Controle, focando a situação das cidades em face da repartição das receitas tributárias. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski reclamou do fato de a União concentrar a maior parte da arrecadação tributária, enquanto aos municípios cabe colocar em prática os programas do governo federal.

O deputado João Maia (PR-RN), que presidiu a comissão especial que analisou o aumento do FPM, é da mesma opinião. "O governo federal não pode querer substituir os municípios na definição de suas prioridades. O gestor que está lá na ponta, convivendo com a população, conhece mais as necessidades do município do que Brasília."

Na abertura do evento, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, defendeu, além da revisão do pacto federativo, um pacto pela boa governança. Ele observou que muitos prefeitos não estão preparados para administrar os recursos. "É preciso investir em um pacto pela boa governança, na responsabilidade de o prefeito ter uma boa equipe para administrar bem. Hoje, temos muito recursos sendo mal aplicados", disse.

Técnicos do IPEA participaram do Seminário e segundo Sérgio Gobetti, representante do Instituto, o FPM ainda é uma exceção, sendo o fundo com melhor potencial distributivo entre os que existem. Em princípio, ele favorece pequenos municípios, mas nem sempre os pequenos são os mais pobres. Uma equalização fiscal poderia resolver o problema. Um modelo a ser seguido, segundo Gobetti, seria o canadense, que garante a receita média per capita a todas as unidades da federação, sem reduzir a receita de quem recebe mais. Já o modelo australiano iguala todas as unidades da federação, considerando a diferença entre capacidade de arrecadação e a necessidade de gasto.

Também técnico do Ipea, Rodrigo Octávio Orair apontou a necessidade de uma reforma do federalismo fiscal que introduza mecanismos mais efetivos de equalização fiscal.

O deputado Júlio Cesar (PSD-PI) reclamou do "desequilíbrio". Ele criticou, por exemplo, a existência do Fundo Constitucional do Distrito Federal. "Uma unidade com menos de três milhões de habitantes arrecada todos os tributos e não divide com ninguém, porque não tem município."

QUALIDADE DO SISTEMA DE TELEFONIA VOLTA A SER DEBATIDA NA CFFC

A CFFC realizou, no dia 19 de novembro, reunião de audiência pública com as operadoras de Telefonia, representadas pelo Sindtelebrasil, para debater a qualidade do sistema de telefonia no país. A audiência também discutiu as atualizações e tecnologias do sistema, bem como as mudanças no atendimento ao consumidor.

A reunião presidida pelo deputado Edinho Bez (PMDB-SC), ex-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e presidente da Subcomissão da Telefonia, contou também com a participação de representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações, TCU - Tribunal de Contas da União, e das empresas de telefonia: Claro, OI, TIM, Vivo, GVT, Telemar, Nextel e Net, além do presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Celular e Pessoal – SindiTelebrasil, Eduardo Levy Cardoso Moreira.

Para os deputados Edinho e Wellington Roberto (PR-PB), autores do Requerimento 731/2014, que originou o evento, mesmo com inúmeras reuniões realizadas e audiências públicas com as empresas, o que se notou foi que pouco mudou. "É necessário insistir nesta discussão para que as empresas de telefonia exponham o que efetivamente vem sendo feito para a solução dos problemas enfrentados pela população usuária desses serviços", afirma Edinho.

Ao final, Edinho Bez agradeceu aos presentes e ressaltou que todos os questionamentos foram respondidos e o que será analisado pela Subcomissão de Telefonia será se a prática está efetivamente ocorrendo. "Vamos analisar junto ao usuário, dentro de um prazo de 30 a 60 dias, se as melhorias efetivamente ocorrerão", finaliza o deputado.

MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

Presidente: Hugo Motta (PMDB/PB) - **1º Vice-Presidente**: João Arruda (PMDB/PR)
2º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PSD/RJ) - **3º Vice-Presidente**: Manuel Rosa Neca (PR/RJ)

Titulares: Edson Santos PT/RJ - Sibá Machado PT/AC - Vanderlei Siraque PT/SP - Alexandre Santos PMDB/RJ - Edio Lopes PMDB/RR - Hugo Motta PMDB/PB - João Arruda PMDB/PR - Carlos Brandão PSDB/MA - Luiz Fernando Machado PSDB/SP - Felipe Bornier PSD/RJ - Eduardo da Fonte PP/PE - João Pizzolatti PP/SC - Manuel Rosa Neca PR/RJ - Márcio França PSB/SP - Ronaldo Caiado DEM/GO - Nilton Capixaba PTB/RO - Marcio Junqueira PROS/RR - Fernando Francischini SDD/PR - Zequinha Marinho PSC/PA - Francisco Tenório PMN/AL.

Suplentes: José Guimarães PT/CE - Pepe Vargas PT/RS - Renato Simões PT/SP - Aníbal Gomes PMDB/CE - Eduardo Cunha PMDB/RJ - Júnior Coimbra PMDB/TO - Antonio Carlos Mendes Thame PSDB/SP - Carlos Sampaio PSDB/SP - Vanderlei Macris PSDB/SP - Vaz de Lima PSDB/SP - Irajá Abreu PSD/TO - Sérgio Brito PSD/BA - Carlos Magno PP/RO - Anthony Garotinho PR/RJ - Wellington Roberto PR/PB - Zoinho PR/RJ - Mendonça Filho DEM/PE - Marcelo Matos PDT/RJ - Stepan Nercessian PPS/RJ - Simplício Araújo SDD/MA.

fiscalização e controle edição33 - dezembro.indd 2 15/12/14 12:06

Presidente do BC fala sobre cumprimentos das metas de 2013 e 2014

O Presidente do Bacen, Alexandre Tombini disse, em reunião de audiência pública conjunta da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e outras quatro comissões da Câmara e do Senado, realizada no dia 9 de dezembro de 2014, que o órgão trabalha para fazer com que a inflação seja reduzida a ponto de chegar ao centro da meta estabelecida pelo governo, de 4,5% do PIB, até o final de 2016. Ele admitiu, porém, que a inflação deverá crescer no curto prazo. "A inflação vai ser elevada nos últimos 12 meses, pelo realinhamento dos preços domésticos e dos administrados, como energia e combustível, em relação aos livres, definidos pelo mercado."

Tombini apresentou aos parlamentares das comissões participantes, uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial referentes ao segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014. Ele afirmou que apesar do esforço do BC ter como foco a trajetória da inflação nos próximos dois anos, deve-se considerar que os ganhos decorrentes da esperada convergência da inflação para a trajetória de metas serão estendidos por vários anos, "podendo, inclusive, ter caráter de permanência". Mas alertou que a alta dos preços deve ser ainda maior do que os atuais níveis nos próximos meses, diante da intensificação dos ajustes nos preços relativos, com avanço do dólar sobre o real e preços administrados, piorando os riscos da inflação. Entre setembro e novembro, a moeda norte-americana teve valorização de quase 15 por cento sobre o real.

O líder do DEM e membro da CFFC, deputado Mendonça Filho (PE), criticou o aumento dos juros. "O BC sucumbiu à pressão da presidente Dilma de tirar aumento de juros da disputa presidencial? A presidente se elegeu com a tese de que a taxa de juros deveria cair, mas subiu e muito."

O Presidente do Bacen lembrou que as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) são marcadas com um ano de antecedência e não houve mudanças por questões eleitorais. "Os sinais estavam ali. Não é porque está ocorrendo eleição que vamos remarcar a reunião do Copom."

Ministro da Defesa fala sobre aquisição de aviões de caça da Suécia

O ministro da Defesa, Celso Amorim, defendeu a aquisição pelo Brasil de 36 aviões de caça Gripen, de fabricação sueca, em audiência realizada no dia 9 de dezembro de 2014, pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; e de Fiscalização Financeira e Controle.

Deputados integrantes dos dois colegiados manifestaram preocupação com os custos da aeronave e com o fato de a Suíça ter desistido de adquirir este modelo, o que lança incertezas sobre o cumprimento da parceria com o Brasil.

De acordo com Amorim, os valores foram atualizados porque as propostas eram antigas e a própria Força Aérea Brasileira (FAB) requisitou adaptações no projeto. Segundo ele, "os valores da proposta eram de 2009, e o contrato só foi assinado em 2014". Ele afirmou que o Brasil deve receber o primeiro avião em 2019 e, até 2025, terá seu esquadrão completo.

O ministro destacou a importância da parceria para o desenvolvimento da indústria nacional. Do total de 36 caças, 13 serão construídos na Suécia com supervisão de engenheiros brasileiros; oito aviões serão construídos por brasileiros com supervisão sueca; e os restantes 15 caças serão construídos no Brasil.

De acordo com Celso Amorim, mais de 100 engenheiros brasileiros participam do projeto. Ele disse ainda que não haverá "caixa-preta" em relação ao projeto com o Brasil e à transferência tecnológica

Autor do Requerimento na CFFC, o deputado Vanderlei Macris questionou se este seria o momento adequado para fazer uma compra tão cara. "Houve, por parte do governo, tentativa de explicação com a mudança de projeto, mas evidentemente, vamos analisar mais profundamente as respostas do ministro porque ficou sem uma explicação adequada esse aumento nos custos", disse Macris.

Segundo o parlamentar, o ministro não soube responder a pergunta que ele lhe foi feita sobre as condições econômicas do país para os próximos anos, com a perspectiva de cortes pesados para poder adequar o Orçamento à realidade que o país vive.

"O ministro afirmou que negociou com a equipe econômica que está saindo, não com a próxima", criticou o deputado, que reconheceu que equipar as forças armadas é importante, mas questionou se este seria o momento adequado.

A audiência foi requerida pelos deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Emanuel Fernandes (PSDB-SP), Rubens Bueno (PPS-PR), Duarte Nogueira (PSDB-SP), Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Vanderlei Macris (PSDB-SP). Além do ministro, participaram o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, e o presidente da Comissão Coordenadora Aeronave de Combate, brigadeiro José Augusto Crepaldi Affonso.

fiscalização e controle edição33 - dezembro.indd 3 15/12/14 12:07

Fiscalização Financeira e Controle quer que CPIs acompanhe Operação Lava Jato

Voto em separado propôs a rejeição da fiscalização pela CFFC, por considerar que essa atividade caberia às Comissões Parlamentares de Inquérito. Uma CPI mista e uma exclusiva do Senado estão acompanhando o caso.

Edson Santos: notórios atos criminosos já são objeto de investigação policial; proposta rejeitada é inconstitucional.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados rejeitou relatório prévio que pretendia fazer o acompanhamento das investigações da Operação Lava Jato, que investiga desvio de dinheiro da Petrobras e lavagem de dinheiro.

A investigação havia sido solicitada por meio da Proposta de Fiscalização e Controle 163/14, do deputado João Arruda (PMDB-PR), e teve parecer inicial do relator, Fernando Francischini (SDD-PR), pela aprovação.

No entanto, o deputado Edson Santos (PT-RJ), apresentou voto em separado pela não implementação da proposta, texto que foi finalmente acatado pelos deputados integrantes do colegiado.

Em seu relatório vencedor, Edson Santos ressalta que "os notórios atos criminosos referidos pela justificação da Proposta são objeto de investigação pelos órgãos policiais".

Ele destaca que, "no Estado Democrático de Direito em que vivemos, o Poder Legislativo conta com o instrumental apropriado para a apuração de fatos dessa espécie – o instituto das Comissões Parlamentares de Inquérito, que entretanto demandam o atendimento de requisitos constitucionais e legais para seu funcionamento". Segundo Edson Santos, "o escamoteamento de propósitos e meios na utilização dessas ferramentas institucionais, tal como se afigura quando a pretensão é a de uma ação policialesca sem objeto nem limites definidos, é portanto inconstitucional, ilegal e antidemocrático", o que o motivou a votar contrariamente à PFC 163/14.

Francischini ressaltou no parecer que não foi acatado pela comissão que o esquema montado pelo doleiro Alberto Yousseff, preso pela Polícia Federal, movimentou ilegalmente 250 milhões de dólares entre 2009 e 2013. Especula-se que os desvios na estatal cheguem a R$ 10 bilhões – entre obras superfaturadas e pagamento de propinas a políticos e diretores da estatal.

Quatro envolvidos já assinaram acordos de delação premiada com a Justiça e estão colaborando com as investigações: o doleiro, o ex-diretor de abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa e os empresários Augusto de Mendonça Neto e Julio Camargo, da Toyo Setal.

A Lava Jato já é objeto de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras, com deputados e senadores, e de uma CPI exclusiva do Senado.

EXPEDIENTE

FALE CONOSCO: (61) 3216-6672 | E-MAIL: CFFC.DECOM@CAMARA.LEG.BR

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – Câmara dos Deputados
Anexo II – Ala A – Sala 163 - A – CEP: 70160-900

Secretário: Luiz Paulo Pieri
Equipe Técnica:
Andre Gustavo de Lima Meira
Antonio Gomes de Aguiar Neto
Antonio Ribamar Aguiar de Castro
Cláudio Ramos Aguirra
Denize Macedo Pereira Pinto
Emerson Paranhos Santos
Jair Francelino Ferreira
Kátia Isabelli de Bethania Melo Souza
Marielle Orrigo Ferreira Mendes
Milena Feitosa Ramos
Patricia Maria Campos de Miranda
Sandra Betânia de Albuquerque Neves
Tatiana Winnik Memoria
Reportagens: Milena Feitosa, Luiz Paulo Pieri e Agência Câmara
Fotografias: Milena Feitosa, Agência Câmara e CFFC
Projeto Gráfico e Diagramação: Glauber Alves - G.A Studio`s
Impressão: Deapa/Cgraf
Tiragem: 5 mil exemplares

fiscalização e controle edição33 - dezembro.indd 4 15/12/14 12:07